

# FNP intensifica mobilizações e faz chamado à greve unificada no dia 21

**FNP fortalece estado de greve com novas paralisações e aponta a unificação dos 17 sindipetros como o único caminho para arrancarmos da direção da Petrobrás um acordo coletivo **DIGNO** e **SEM DISCRIMINAÇÕES****

Na última terça-feira (14/09), a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) intensificou as mobilizações em suas bases, avançando no objetivo de construir uma campanha salarial vitoriosa.

No Sindipetro-SJC, por exemplo, os trabalhadores realizaram greve de 24 horas e aprovaram para o dia seguinte (quarta-feira -15/09) atraso de três horas na entrada dos petroleiros que operam em regime de turno e de uma hora na entrada dos que trabalham em horário administrativo.

O mesmo atraso de três horas foi iniciado na última terça (14/09) pelos demais sindicatos da FNP.

Nas bases do Sindipetro-PA/AM/MA/AP os petroleiros (Turno e ADM) aderiram ao movimento de forma maciça. Êxito semelhante obteve o Sindipetro-RS, que conseguiu a adesão do turno e ADM na Refap e em três terminais da Transpetro.

No Sindipetro-LP a mobilização,

também de três horas, envolveu os técnicos de operação da RPBC, terminais da Transpetro (Pilões, Alemoa e Tebar) e plataformas (Merluza e Mexilhão). Os petroleiros que trabalham em regime administrativo também aderiram à paralisação não emitindo PT's.

Já no Sindipetro-AL/SE, foram iniciadas na terça paralisações de duas horas em cinco bases, sendo três em Sergipe e duas em Alagoas, com a adesão do Turno e ADM. Os petroleiros embarcados também realizaram o movimento, não emitindo PT e com a adoção de Operação Padrão.

## **UNIR A CATEGORIA É FORTALECER A LUTA**

As novas mobilizações encampadas pela FNP surtiram efeito imediato na direção da Petrobrás. Poucas horas depois da início do movimento, o RH Corporativo da companhia enviou ofício aos sindicatos da FNP informando que a nova rodada de

negociações acontecerá na quinta-feira (16/09), às 10h, no Rio de Janeiro.

No entanto, mesmo com essa informação, as mobilizações com atrasos de até três horas estão mantidas e não irão cessar enquanto a empresa insistir em apresentar uma proposta salarial rebaixada.

A FNP, que já demonstrou no Dia Nacional de Paralisação sua disposição de construir uma campanha unificada, reforça o **chamado para que os 17 sindicatos espalhados no País lutem de forma conjunta, com mesa única de negociação e deflagração de greve na próxima terça-feira (21/09)**. Este é o único caminho para fortalecer os movimentos, que foram iniciados em nossas bases no dia 25 de agosto, com paralisações de duas horas.

Não há outra forma de arrancar da direção da empresa um acordo coletivo digno e sem discriminações.

## **Exigimos**

- Aumento real em nosso salário base de 10%
- Reajuste salarial com base no maior índice utilizado para reajuste dos salários, seja o ICV/DIEESE, INPC ou IPCA
- Pagamento dos 30% de periculosidade (Isonomia da RMNR). Periculosidade pra valer!
- Extensão do "bolsa-bônus" de R\$ 90 milhões concedido para cerca de 9.500 privilegiados a todos os petroleiros
- Reposição das perdas salariais, acumuladas desde setembro de 1994 até agosto de 2010 em 29% (ICV-DIEESE)
- O fim das remunerações variáveis, que prejudicam principalmente os aposentados e pensionistas
- Plano Petros Único, BD, para os trabalhadores de todas as empresas do Sistema Petrobrás
- PLR Máxima (25%) e Igual para Todos!
- O fim das discriminações aos aposentados e pensionistas, ativa e indiretas
- Anistia ampla, geral e irrestrita para os trabalhadores do Sistema Petrobrás
- AMS plena e custeada 100% pela Petrobrás. Inclusão dos pais e demais dependentes
- AMS para aposentados da Transpetro
- Correção e melhoria do PCAC
- Petrobrás 100% estatal, com o fim dos leilões, e reincorporação da Transpetro e Refap

**PETROS****BPO: a nova armadilha da repactuação**

**Plano configura um novo ataque aos direitos dos repactuados. Prazo para desrepactuar termina no dia 28 de novembro**

A ação orquestrada alguns anos atrás para manipular os petroleiros a repactuarem está se repetindo neste ano. Dessa vez, a nova maravilha vendida pela Petros com o apoio incondicional da fup é o Benefício Proporcional Opcional (BPO), definido pela entidade sindical como "... uma conquista importante e mais um benefício da repactuação do Plano Petros...".

Não contente em enganar os repactuados, para legitimar tal afirmação a fup se utilizou de recursos baixos já conhecidos e escolheu como alvos os conselheiros eleitos da Petros.

Matéria publicada no Boletim dos Conselheiros Eleitos (nº 13 - Setembro/2010), sob o título "Não aceitem o BPO e Desrepactuem o quanto antes", alerta sobre os riscos de aderir ao BPO e expõe de maneira clara a natureza contraditória e capituladora deste novos indicativos.

No Boletim Primeira Mão 953, a entidade afirmou que "... o BPO é uma conquista importante e mais um benefício da repactuação do Plano Petros, que em breve será usufruído pelos participantes, apesar das ações levianas e irresponsáveis dos divisionistas, inclusive os conselheiros eleitos, que deveriam representar os interesses da maioria dos trabalhadores, mas que estão sempre na contramão da categoria".

Já no informe FUP de 31 de agosto, a orientação ganhou nova roupagem "... a FUP orienta que todos os participantes que quiserem optar pelo novo benefício façam a seguinte ressalva no documento de adesão: "Deixo expresso que eventual decisão judicial que reconheça o denominado "complemento de RMNR" como

integrante do salário-de-participação, resultará em revisão do valor inicial do BPO por aplicação do art. 103, §1º, inciso I do Regulamento do Plano Petros vigente na data desta opção."

Ou seja, esta nova orientação mostra que a primeira crítica feita aos conselheiros eleitos, além de precipitada e leviana, levava o repactuado a pensar que o BPO tratava-se de uma maravilhosa vantagem aos participantes da PETROS que repactuaram. Entretanto, a "ficha caiu" antes mesmo de levar os participantes à autoimolação previdenciária.

Foi iniciativa dos conselheiros eleitos solicitar que a patrocinadora efetivasse a contribuição sobre a parcela "complemento RMNR" para os participantes do Plano PETROS. É uma orientação do CDPP, FNP e FENASPE que as entidades requeiram o pleito judicialmente também.

As garantias dadas aos optantes do BPO são insuficientes, enganosas e ilegais. O artigo 17 da lei complementar 109 é claro: não pode o gestor nem o patrocinador do plano oferecer distintos benefícios aos participantes do mesmo plano.

A orientação da ressalva é capenga e contraditória e tenta atenuar uma realidade: os direitos desses trabalhadores estão sendo atacados e a legislação rasgada e jogada no lixo.

Por isso, reforçamos a orientação de que os repactuados não aceitem o BPO. Além disso, lembramos que o prazo para a desrepactuação termina no dia 28 de novembro. Mais informações sobre a Petros, podem ser obtidas no blog dos conselheiros eleitos (conselho-petros.blogspot.com).

**CAPITALIZAÇÃO****RIQUEZA GERADA PELOS PETROLEIROS SEGUE NAS MÃOS DOS ACIONISTAS**

A capitalização da Petrobrás representa um duro golpe à soberania nacional e aprofunda o processo de privatização da Petrobrás. É isso o que acontece quando o Governo resolve ceder à Petrobrás, como cessão onerosa, 5 bilhões de barris de petróleo a um valor de US\$ 8,51 por barril, sendo que o valor de mercado médio é de US\$ 80,00.

Afinal, 5 bilhões de barris de petróleo que valem US\$ 400,00 bilhões estão sendo entregues por apenas US\$ 42,533 bilhões.

O problema reside no fato da Petrobrás não ser 100% estatal. Para se ter uma idéia, 71% das suas ações preferenciais estão nas mãos do capital privado, representado por megaempresários como George Soros. Ou seja, mais uma vez o Governo entrega praticamente de graça um bem que pertence ao povo brasileiro.

**AGORA É LEI!****PELA REDUÇÃO IMEDIATA DA JORNADA DOS ASSISTENTES SOCIAIS**

Sancionada pelo Governo Federal no dia 26 de agosto e publicada no Diário Oficial da União no dia seguinte, a lei que reduz a jornada de trabalho dos profissionais da área de assistência social para 30 horas semanais sem redução de salários não está sendo aplicada pela Petrobrás. Os argumentos para o atraso são os mais variados, desde questões de "ordem jurídica" até o famoso "período de adaptação à nova regra", mas o fato é que não existe justificativa para este atraso. Os Correios, por exemplo, outra estatal brasileira, já se adequou à lei.

A FNP está exigindo em todas as suas bases que a Petrobrás, uma empresa com estrutura suficiente para isso, cumpra a lei de maneira imediata.